



ARTIGOS

## Mulheres na Política: Uma Revisão Sistemática

Marcella Barbosa Miranda TEIXEIRA, *PUC Minas*

Carolina Maria MOTA-SANTOS, *PUC Minas*

---

**Resumo:** O objetivo desta revisão sistemática foi analisar a literatura sobre mulheres na política, de maneira a identificar lacunas e oportunidades de pesquisa dessa temática para a área de Administração. A busca por artigos foi realizada nas bases da Capes, Scielo e Spell, entre os anos de 2014 a 2019. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 38 artigos. A partir da análise dos artigos, foram encontradas quatro categorias: participação e (sub) representação de mulheres na política; ações afirmativas para mulheres na política; mulheres na política: liderança e voto feminino; mulheres na política na área de comunicação. Verificou-se que a temática ainda é incipiente na produção acadêmica nacional na área de administração, sendo necessária maior atenção para o tema.

**PALAVRAS-CHAVE:** Revisão Sistemática. Mulheres na Política. Espaço político.

---



## Introdução

O espaço político é o campo em que há mais desigualdades de gênero, sendo um espaço predominantemente dos homens. Isso se dá, pelo fato de que a política, por um período muito grande, foi um lugar exclusivamente dos homens. Eles sempre tiveram a possibilidade de vivenciarem longas carreiras e um grande capital político, ou seja, maior acesso a recursos políticos (apoio dos partidos e redes de contato), sociais e econômicos (apoio financeiro nas campanhas). Percebe-se então que as desigualdades e contradições de gênero estão enraizadas nesse meio, reforçando a ideia de que o exercício do poder não poderia ser feito pelas mulheres (SCHULZ; MORITZ, 2015; NASCIMENTO, 2016; PANKE; IASULAITIS, 2016).

De acordo com Nogueira (2015) e Gilas e Pacheco (2018), mesmo com o reconhecimento do sufrágio feminino e com ações afirmativas, como a Lei de Cotas, as mulheres continuam fora do espaço político no Brasil, sem mudanças significativas na estrutura institucional para a efetiva participação política, seja nos âmbitos municipal, estadual e federal. Ou seja, apesar das mulheres serem maioria numérica da população brasileira, elas são em menor número como candidatas e possuem ainda menos chances de serem eleitas (OLIVEIRA, 2015). Além disso, dentre os países da América, o Brasil é um dos que possui o menor número de mulheres na Câmara dos Deputados (SACCHET, 2018).

Com isso, o objetivo deste artigo é analisar a literatura sobre mulheres na política, de maneira a identificar lacunas e oportunidades de pesquisa para a área de Administração. Para tanto, realizou-se como procedimento metodológico, uma revisão sistemática da literatura (GALVÃO; PEREIRA, 2014), envolvendo a temática mulheres na política.

O artigo está dividido em quatro seções, além desta introdução. A próxima seção, aborda os materiais e métodos utilizados para a realização da revisão sistemática. Posteriormente, apresenta-se os artigos selecionados da pesquisa. Em seguida, são expostas as considerações finais deste estudo. Por último, tem-se a lista de referências utilizadas neste artigo.



## Materiais e Métodos

A revisão sistemática foi realizada por meio da pesquisa de artigos originais sobre a temática mulheres na política, publicados nos anos de 2014 a 2019. A busca aconteceu nas bases da Capes, Scielo e Spell. Na etapa de seleção de artigos, foram utilizados os descritores: “mulher na política” e “mulheres na política”.

A primeira fase da pesquisa contemplou a busca dos artigos nas plataformas pelos descritores mencionados. A segunda fase se deu com a leitura do título e resumo de todos os artigos encontrados. Os artigos selecionados passaram pelos seguintes critérios de inclusão: (1) artigos que tratam sobre mulheres na política; (2) artigos publicados no período de 2014 a 2019. A terceira fase teve como objetivo a leitura de todos os artigos selecionados e a exclusão dos artigos que foram encontrados em duplicidade ou que não tratavam da temática proposta.

A pesquisa foi realizada conforme as especificidades de cada plataforma do banco de periódicos. Na base Capes, utilizou-se na busca avançada como filtro os termos: “mulher na política” ou “mulheres na política” exatos em qualquer lugar do texto; o período nos últimos 05 anos; qualquer idioma; e o artigo foi o tipo de material pesquisado. Foram encontrados 63 artigos, sendo 33 efetivamente selecionados na segunda fase.

Na base Scielo, a busca foi realizada na pesquisa avançada a partir da inserção dos termos: “mulheres na política” ou “mulher na política”, sendo encontrados 618 artigos. Posteriormente, foram selecionados os filtros: período: 2014 a 2019; tipo de literatura: artigo; idiomas: português, inglês e espanhol; área temática: ciências sociais aplicadas e ciências humanas. Nessa primeira etapa foram encontrados 229 artigos na base pesquisada. Na segunda etapa foi feita a leitura dos títulos e resumos de todos os artigos encontrados e foram excluídos aqueles que estavam divergentes com a temática mulheres na política ou que não atendiam os critérios citados acima. 193 artigos foram desconsiderados



nesta etapa da pesquisa e 23 artigos foram selecionados nesta segunda fase.

Na base SPELL na pesquisa avançada foram pesquisadas no resumo as palavras-chave: “mulher na política” ou “mulheres na política”, no período de 2014 a 2019, tipo de documento: artigo e idiomas: inglês, português e espanhol. Foram encontrados 13 artigos. Posteriormente, realizou-se a leitura dos títulos e resumos dos artigos. Nesta etapa foram excluídos da pesquisa os artigos com contradições aos critérios apresentados e que não atendiam à proposta do estudo. No total da plataforma SPELL foram selecionados 02 artigos na segunda fase.

Na terceira fase, realizou-se a leitura completa dos artigos selecionados na segunda fase e foram excluídos os artigos encontrados em duplicidade nas bases e que não atendiam os critérios da pesquisa ou artigos incompletos (alguns artigos apresentavam apenas o resumo), totalizando 20 artigos excluídos. Desse modo, foram selecionados para a pesquisa 38 artigos nas três bases de periódicos.

Alguns artigos que foram excluídos por não atenderem os critérios preestabelecidos, abordavam a temática de gênero, feminismo, violência de gênero, aborto e políticas públicas para mulheres. Outros apresentavam questões políticas em outras organizações como ONGs, organizações internacionais e comunidades de mulheres. Outros abordavam a desigualdade e as minorias sociais ou não realizaram a pesquisa com mulheres diretamente ligadas à política, não sendo o foco desta pesquisa.

A Figura 1 apresenta o número de artigos de cada fase da pesquisa para cada banco de periódicos:

**Figura 1: Número de artigos da pesquisa**

Banco de Periódicos	1ª fase	2ª Fase	3ª Fase	Total
Capes	63 artigos	33 artigos	20 artigos excluídos	38 artigos
Scielo	220 artigos	23 artigos		
Spell	13 artigos	02 artigos		

Fonte: Dados da Pesquisa.



A Figura 2 apresenta os artigos em relação ao ano de publicação e periódicos publicados:

**Figura 2: Número de artigos da pesquisa**

Periódico/Ano	Número de artigos						Total
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	
<u>Topoi (Rio J.)</u>	1						1
<u>Cadernos Pagu</u>	3						3
<u>Estudos Feministas</u>		1	1	1			3
<u>Revista Cadernos de Gênero e Diversidade</u>		1					1
<u>Mediações-Revista de Ciências Sociais</u>		1	1				2
<u>Observatorio (OBS*) Journal</u>		1					1
<u>Sociologias</u>		1					1
<u>Civitas</u>			1				1
<u>Direito &amp; Práxis</u>			1			1	2
<u>Opinião Pública</u>			1		2	1	4
<u>Política &amp; Sociedade</u>			1				1
<u>Cuadernos Info</u>			1				1
<u>J. Lat. Amer. Stud</u>			1				1
<u>Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación</u>				2			2
<u>Quaestio Iuris</u>				1			1
<u>Revista de Sociologia e Política</u>				1	1		2
<u>Varia Historia</u>				1			1
<u>Faces de Eva</u>				1			1
<u>Periferia</u>					1		1
<u>Revista Observatório</u>					1		1
<u>REVES – Revista de Ciências Sociais</u>					1		1
<u>Latin American Research Review</u>					1		1
<u>Revista de Comunicación</u>					1		1
<u>Encuentros</u>					1		1
<u>Hallazgos</u>					1		1
<u>Colombia Internacional</u>					1		1
<u>Revista de Estudios Sociales</u>						1	1
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>8</b>	<b>7</b>	<b>11</b>	<b>3</b>	<b>38</b>

*Fonte: Dados da Pesquisa.*

A Figura 2 mostra o número de artigos selecionados para a pesquisa por ano e por revista. Percebe-se que 2018 foi o ano em que houve uma maior publicação do tema, ano eleitoral no Brasil. Além disso, verifica-se que houve um aumento no número de publicações entre 2014 a 2018, havendo uma baixa em 2019.

A revista que mais publicou artigos dessa temática foi a revista *Direito & Práxis*, com quatro artigos. Em seguida, as revistas *Cadernos Pagu* e *Estudos Feministas*, com três artigos cada. Além disso, sobre a lista de revistas que tiveram publicações sobre mulheres na política, o que se



percebe é que a grande maioria são revistas da área de ciências sociais, ciências políticas e comunicação.

## Apresentação Dos Artigos

Para melhor apresentação dos dados, dividiu-se os artigos em categorias de acordo com as temáticas abordadas. A Figura 3 abaixo mostra essa divisão:

**Figura 3: Categorias**

<i>Categorias</i>	<i>Artigos</i>	
Participação e (sub) representação de mulheres na política	Pinto (2014)	Dantas <i>et al.</i> (2018)
	<u>Prá</u> (2014)	Pinto e Silveira (2018)
	Araújo (2016)	Almeida (2018)
	Rezende (2017)	Schulz e Moritz (2015)
	Meireles e Andrade (2017)	<u>Speck</u> (2018)
	Saraiva (2017)	Souza (2018)
	Pinto (2017)	-
Ações afirmativas para mulheres na política	Sabino e Lima (2015)	Costa e <u>Navas</u> (2017)
	Nogueira (2015)	<u>Sacchet</u> (2018)
	Oliveira (2015)	<u>Gilas</u> e Pacheco (2018)
	Peixoto, Goulart e Silva (2016)	Wylie, Santos e Marcelino (2019)
	<u>Spohr et al.</u> (2016)	Campos (2019)
	Nascimento (2016)	-
Mulheres na política: liderança e voto feminino	Alvares (2014)	Acosta e <u>Mayorga</u> (2018)
	Galvão (2016)	<u>Somogyi</u> (2019)
	<u>Franceschet, Piscopo</u> e Thomas (2016)	-
Mulheres na política na área de comunicação	Mota e <u>Biroli</u> (2014)	Amaral e Arias Neto (2017)
	Santos, Cabecinhas e Cerqueira (2015)	Miranda, Rodrigues e Carvalho (2018)
	Reyes e Alvarez (2016)	<u>Carniel, Ruggi</u> e <u>Ruggi</u> (2018)
	<u>Panke</u> e <u>Iasulaitis</u> (2016)	<u>Rodal</u> e <u>Fuertes</u> (2018)
	<u>Quesada Tavares</u> e Goulart <u>Massuchin</u> (2017)	-

Fonte: Dados da Pesquisa.

A Figura 3 apresenta a divisão dos artigos em quatro categorias: 1. Participação e sub-representação de mulheres na política; 2. Ações afirmativas para mulheres na política; 3. Mulheres na política: liderança e voto feminino, e 4. Mulheres na política na área da comunicação. Dos 38





artigos, treze estão enquadrados na primeira categoria, 11 na segunda, 05 na terceira e 09 na última categoria.

## **Participação E Sub-Representação De Mulheres Na Política**

Os artigos de Pinto (2014), Schulz e Moritz (2015), Saraiva (2017), Pinto (2017), Dantas et al. (2018), Almeida (2018), Pinto e Silveira (2018) e Souza (2018) narram a trajetória política de mulheres que foram protagonistas na política e ocuparam espaços de poder, seja na câmara de vereadores, de deputados ou em prefeituras, propondo analisar as condições do exercício do mandato dessas mulheres em uma estrutura sexista e patriarcal.

As pesquisas mostraram que essas mulheres enfrentaram e enfrentam desafios seja no espaço parlamentar ou dentro dos próprios partidos. Os desafios descritos estão relacionados à: falta de apoio para as candidaturas, ou seja, muitas mulheres são procuradas apenas para preencher as cotas e não recebem apoio dos partidos. Outra observação é que quando eleitas, elas enfrentam o descrédito, a falta de confiança e a falta de reconhecimento. Além disso, é evidente a presença de elementos patriarcais na cultura política que incidem nos papéis das mulheres na sociedade e no acesso delas a cargos eletivos e à vida pública. Outro desafio observado é a falta de apoio familiar e, por fim, empecilhos da maternidade para a vida pública.

Porém, de forma contrária, a pesquisa de Schulz e Moritz (2015), a partir da narrativa das trajetórias de 08 deputadas eleitas, verificou traços em comum com outros deputados eleitos. As mulheres são casadas, possuem idade acima de 45 anos, escolaridade elevada, são militantes e com alto índice de fidelidade partidária. Em sua maioria, elas são originárias do interior do estado e de cidades de porte médio ou grande. Dessa forma, as autoras concluíram que as candidaturas vitoriosas não apresentam distinções significativas em função do gênero, já que as candidatas possuem capital político que aproxima suas carreiras das carreiras masculinas.



Já Araújo (2016) buscou analisar a relação entre a participação política de mulheres e duas dimensões consideradas relevantes para compreender essa representação. A primeira dimensão diz dos valores e das atitudes em relação aos aspectos políticos, institucionais e de gênero em contextos mais amplos. A segunda dimensão trata das opiniões e das práticas em relação à participação política, ao envolvimento ou à inserção em ações de políticas públicas, de interesses comunitários ou da política institucional. A pesquisa foi realizada por meio da análise das pesquisas do Latinobarômetro que engloba os anos de 1995 e de 2015 e dados auxiliares que se referem ao ano de 2014 do *World Values Survey*.

Os resultados mais relevantes demonstram que a divisão sexual de espaços e a esfera da família tendem a ser obstáculos para a participação das mulheres na política. Além disso, há descrença e desconfiança na política como um todo. Sugere-se ações afirmativas para estimular a participação das mulheres nesse contexto (ARAÚJO, 2016).

O estudo realizado por Meireles e Andrade (2017) teve o objetivo de testar a hipótese de que o número de cadeiras em disputa tem efeito causal sobre a representação de mulheres nas câmaras municipais brasileiras. Como metodologia, utilizou-se a regressão descontínua (RD), para identificar os efeitos causais. Os resultados mostram que o aumento da cadeira de vereadores tem impacto considerável sobre a representação de mulheres. Uma cadeira adicional causa em média um aumento de cerca de 0,45 no número de vereadoras eleitas (perto da metade do que os municípios analisados elegem em média, que é de 1,16). Verificou-se também que a probabilidade de um município com uma cadeira a mais eleger ao menos uma mulher vereadora aumenta em cerca de 20 pontos percentuais.

Porém, os autores explicam esse aumento de mulheres pelo fato de que com o aumento da magnitude eleitoral, mais homens se candidatam, havendo maior dispersão nos votos que eles recebem. Com isso, o desempenho eleitoral médio dos homens é pior e mais mulheres se elegem. Portanto, por mais que esses efeitos sejam pequenos de forma absoluta, eles são substantivos, ou seja, uma pequena mudança institucional pode contribuir significativamente para reduzir a sub-





representação de mulheres nas câmaras municipais (MEIRELES; ANDRADE, 2017).

Com o objetivo de avaliar os desafios à representação política de mulheres na Câmara dos Deputados, Rezende (2017) realizou uma pesquisa qualitativa, por meio da análise documental do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. A pesquisa aconteceu principalmente no que se refere à descrição de suas prerrogativas e a avaliação de sua distribuição entre legisladoras e legisladores. Percebeu-se que a distribuição de recursos legislativos ocorre de forma desigual entre legisladoras e legisladores. Porém, a autora destaca de maneira positiva a criação da Secretaria da Mulher, que pode auxiliar na atuação das legisladoras. Há destaque também na necessidade de garantir que as mulheres eleitas sejam asseguradas com recursos que garantam maior presença de mulheres nos espaços de poder e decisão (REZENDE, 2017).

A partir da verificação da participação das mulheres na política, Speck (2018) testa a hipótese de que a eleição de uma prefeita pode aumentar o número de mulheres disputando a próxima eleição para prefeitura no mesmo município. O artigo é baseado no conceito de efeito contágio utilizado pelos autores Matland e Studlar (1996). A metodologia utilizada na pesquisa foi quantitativa, por meio de regressões logísticas. Verificou-se que o efeito contágio é mais forte onde a prefeita eleita no passado não disputa a sua reeleição, ou seja, nos municípios em que houve a eleição de uma prefeita a probabilidade de ter candidatas pela primeira vez na próxima eleição é 1,8 vezes maior em comparação com a última disputa eleitoral.

O estudo realizado por Prá (2014) examina os direitos políticos das mulheres na história recente da América Latina, focalizando os quatro países que elegeram mulheres presidentes a partir de meados dos anos 2000: Argentina, Brasil, Chile e Costa Rica. O trabalho teve o objetivo de refletir sobre os avanços e os desafios na esfera da participação e da representação política das mulheres, com base em estudos e pesquisas feministas sobre gênero e política e nas recomendações do Comitê de monitoramento da Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher aos países examinados.



Percebeu-se que as recomendações do Comitê para o Brasil e para o Chile estão relacionados à um maior compromisso dos países no enfrentamento ao problema da sub-representação das mulheres na política. No caso da Argentina e Costa Rica, o desafio é sustentar o que já foi conquistado, visto que ambos os países possuem índices mais elevados de representação parlamentar em escala mundial. Portanto, verificou-se que processo de reconhecimento dos direitos políticos das mulheres nos quatro países examinados pode ser considerado lento e inacabado. Além disso, o caso brasileiro e o caso do Chile evidenciam a urgência de superar o patamar de sub-representação política feminina (PRÁ, 2014).

Portanto, percebe-se, que mesmo com o regime democrático, a representação das mulheres na política ainda está muito incipiente, ainda com leis que buscam a equidade de gênero nesse espaço, conforme a próxima categoria.

## **Ações Afirmativas Para Mulheres Na Política**

Oliveira (2015), Nogueira (2015), Sabino e Lima (2015), Peixoto, Goulart e Silva (2016), Nascimento (2016), Costa e Navas (2017) e Sacchet (2018) refletem sobre a efetividade dessas ações para uma maior participação das mulheres na esfera política, abordando principalmente a Lei de Cotas.

O que se percebeu é que as ações afirmativas de gênero no Brasil, como a lei de cotas e a reserva feminina nos recursos do fundo partidário, não foram eficientes para aumentar a participação das mulheres na política brasileira (OLIVEIRA, 2015). Para Sacchet (2018) um fator importante que explica a baixa presença de mulheres eleitas no Brasil é a maneira como os fundos eleitorais são administrados, pois promove uma alta individualização dos votos e diferenças nas campanhas de homens e mulheres.

Outra explicação, é o não cumprimento da lei de cotas, já que os partidos apenas passaram a cumprir a lei nas eleições locais de 2012 e nacionais de 2014. Ou seja, a Lei de Cotas, desde sua implementação no Brasil em 1996, não conseguiu mudar significativamente o número de



mulheres eleitas para exercer funções no legislativo e no executivo. Os autores sugerem a necessidade uma melhor produção de capital político para as mulheres, com o objetivo de aumentar a capacidade de se fazerem reconhecidas como seres políticos capazes de tomar decisões nas esferas do poder, além de políticas públicas eficazes para o esgotamento da desigualdade de gênero.

Outros estudos sobre as ações afirmativas na política trazem a comparação do Brasil com outros países da América Latina e com outros países e outras abordagens dessa temática. Spohr et al. (2016), por exemplo, trazem um estudo que objetiva analisar a participação política de mulheres latinas, a partir da presença delas nos legislativos nacionais, por meio de duas variáveis: 1. A existência ou não de cotas de gênero; 2. O formato da lista eleitoral (aberta ou fechada). Os autores buscaram responder se a combinação da lista fechada e a existência de cotas potencializa ou não a eleição de mulheres nas câmaras de países latino-americanos.

A partir da revisão bibliográfica, identificou-se as cotas de gênero como variável relevante para a maior presença de mulheres na política e que sistemas eleitorais de lista fechada também teriam efeito positivo. A análise da pesquisa foi realizada com 14 países latino-americanos, com sistema eleitoral de representação proporcional com lista aberta ou fechada. Os países foram classificados em três grupos: países com lista fechada e cotas para eleições; países com lista aberta e cotas para eleições; e países sem cotas para eleições (SPOHR *et al.*, 2016).

Verificou-se que os países que estavam no primeiro grupo (Argentina, Costa Rica, El Salvador, Guiana e Nicarágua) apresentaram uma maior participação das mulheres nas instâncias legislativas. Porém, percebeu-se que há casos que possuem apenas uma das variáveis e que possuem uma presença significativa das mulheres na política, como os dados do Equador, que apresenta somente as cotas para eleições. Observou-se que os países que não apresentavam nenhuma das duas variáveis apresentam os piores resultados, no que se refere à presença de mulheres parlamentares (SPOHR *et al.*, 2016).



Com o objetivo de descrever o recente caso de litígio estratégico que culminou com a transformação jurídica ocorrida no Brasil em relação à obrigatoriedade de financiamento de campanhas políticas de mulheres na mesma proporção das candidaturas, Campos (2019) realizou uma pesquisa para analisar as questões do julgamento da ADI 5617 pelo Supremo Tribunal Federal, realizado em março de 2018, que determinou o mínimo de 30% de investimento dos partidos em campanhas de candidatas.

Para a autora, essa ação foi proposta como reação à Minirreforma Eleitoral de 2015 que, sob a justificativa retórica de transformar o quadro de sub-representação feminina na política, estabelecia parâmetros mínimo e máximo para financiamento de campanha de mulheres, em seu claro desfavor. Essa ação foi decidida pelo julgamento da ADI 5617 pelo STF e posterior aprovação do TSE por meio da Resolução nº 23.553/2018. Porém, para que a candidata usufrísse da verba de 30% dos recursos, ela deveria encaminhar um pedido formal ao partido, requisitando acesso ao recurso (CAMPOS, 2019).

Percebeu-se que os recursos disponibilizados pelos partidos foram muito baixos, quase simbólicos e que algumas não tiveram acesso a quaisquer recursos. Uma prática muito comumente relatada por algumas candidatas foi a realização de avaliação por parte do partido de qual candidata teria mais capital político e, as candidaturas escolhidas, passavam a ter acesso à parte dos 30% de verbas e mais tempo de televisão, enquanto as demais teriam pouco ou nenhum investimento. Ou seja, os dados da pesquisa demonstraram que permanece o cenário de desigualdade e concentração dos recursos, não favorecendo o aumento da participação das mulheres na política mesmo com ações afirmativas (CAMPOS, 2019).

Já no México, Gilas e Pacheco (2018) tiveram o objetivo de expor o impacto positivo da implementação das cotas de gênero e explicar a relação entre essas medidas adotadas e a violência política contra as mulheres. Os autores narraram como foi a implementação da política de cotas no país, implementação iniciada na década de noventa, e como essas



políticas resultaram em uma representação política das mulheres de mais de 42.6 % no Congresso federal em 2015.

Portanto, as cotas resultaram em um mecanismo efetivo para equilibrar a representação política das mulheres e homens no México. Porém, o que se percebe é que esse aumento numérico na participação de mulheres, graças à lei de cotas que determina a obrigatoriedade da proporção de 50% de mulheres e 50% de homens nas candidaturas, não modificaram as condutas sexistas e a violência política de gênero. Sugere-se que sejam realizadas ações integradas com políticas públicas para a mudança na educação e na cultura da sociedade mexicana (GILAS; PACHECO, 2018).

Wylie, Santos e Marcelino (2019) exploraram as causas e consequências de candidaturas para deputados que recebem nenhum ou muito poucos votos, também chamadas de “candidaturas laranjas”, que em sua maioria são de candidatas mulheres, no contexto político brasileiro. Os autores ainda tentaram verificar como a lei sobre cotas de gênero no Brasil está associada ao aumento do número de candidatas laranjas.

Os autores propõem uma tipologia da candidatura laranja com quatro tipos específicos. Estes tipos são classificados de acordo com dimensões da legalidade e intencionalidade: 1. Laranja não consensual (ilegal e não intencional): quando a pessoa tem sua candidatura registrada pelo partido sem consentimento; 2. Laranja ingênuo (legal e não intencional): geralmente mulheres que fazem parte dos partidos e são solicitadas a colocar seus nomes na lista de candidatos, recebendo pouco ou nenhum suporte do partido; 3. Laranja permitido (ilegal e intencional): geralmente servidores públicos que tiram a licença remunerada por dois meses para candidatura e aproveitam esse período para viajar ou trabalhar na campanha de outros candidatos; 4. Laranja estratégico (legal e intencional): candidatos extremamente não viáveis que representam uma estratégia do partido para a campanha.

Foram apresentadas estatísticas descritivas e um modelo logístico hierárquico que explora as características individuais, partidárias e distritais entre candidaturas não viáveis com o objetivo de



avaliar como as candidaturas ditas laranjas são distintas das não laranjas. Verificou-se que mulheres possuem 3.4 vezes mais chances de serem classificadas como candidatas laranjas do que homens. Além disso, a probabilidade das mulheres de serem candidatas laranjas para partidos de esquerda é de 0.26, já para partidos que não são da esquerda é de 0.32. Como conclusão, percebeu-se que o fenômeno de candidaturas laranjas é marcante nas eleições brasileiras, com característica de gênero, e seu uso foi intensificado com as ações afirmativas de cotas (WYLIE; SANTOS; MARCELINO, 2019).

## **Mulheres Na Política: Liderança E Voto Feminino**

Com o objetivo de resgatar a trajetória de algumas feministas brasileiras na década de 1920, destacando a atuação dessas mulheres na luta pelo voto feminino e por educação, a pesquisa de Galvão (2016) apresenta questões relacionadas ao sufrágio feminino e o engajamento das mulheres para o acesso à educação no Brasil. Através de uma revisão bibliográfica, a autora verificou que as lutas das mulheres para o direito ao voto estava diretamente relacionada à luta pelo acesso à educação.

A partir de uma pesquisa histórica, Álvares (2014) buscou examinar a formação do eleitorado brasileiro nas constituições e nas leis eleitorais, observando as formas de exclusão e inclusão a que foram submetidas as mulheres brasileiras, quais estratégias elas usaram para transpor a discriminação contida nas leis e suas conquistas de cidadania política. O artigo de revisão traçou o panorama sobre o formato do eleitorado e das candidaturas no Brasil desde as primeiras constituições até os dias atuais.

Percebeu-se que por não dispor de uma legislação específica que classificasse quem eram os cidadãos, as constituições foram interpretadas à luz de regras e costumes que excluía as mulheres da participação política. Essas desigualdades foram denunciadas pelos movimentos feministas sufragistas e por intelectuais, lutando não só pelo direito do voto, mas também pela instrução incipiente e pela falta de leis para ampliar a educação superior e abrir áreas profissionais que eram restritas





aos homens. Essas lutas culminaram no direito de votar e serem votadas e em políticas afirmativas para as mulheres na política (ÁLVARES, 2014).

Em uma perspectiva ligada aos estilos de liderança, Acosta e Mayorga (2018) realizaram uma pesquisa com o objetivo de identificar os estilos de liderança exercidos por seis presidentas na América Latina: Violeta Barrios Torres (Nicarágua), Mireya Elisa Moscoso (Panamá), Laura Chunchilla (Costa Rica), Michelle Bachelet (Chile), Cristina Kirchner (Argentina) e Dilma Rousseff (Brasil). A pesquisa se caracteriza como qualitativa, pela análise documental, e quantitativa, pelo modelo Probit.

Como resultado, considerou-se como similares os estilos de liderança de Violeta e Mireya, ambas sem experiência notória e sem estudo acadêmico para o trabalho com a política, com discursos pautados na luta pela democracia e pela busca do bem-estar social. Por outro lado, Laura, Cristina, Michelle e Dilma se elegeram em uma época de estabilidade democrática, caracteriza pelo debate de qual modelo econômico era melhor para o bem-estar geral, focando mais nas questões sociais com propostas eleitorais para educação, saúde, emprego e segurança. Os resultados da investigação mostraram um perfil de liderança democrática para as presidentas, com heterogeneidade nos meios de acesso ao poder. Em termos probabilísticos, verificou-se que o estilo de liderança do governo de mulheres e homens na América Latina é transacional e não muda ao passar o poder de um para outro (ACOSTA; MAYORGA, 2018).

Tratando da mesma abordagem de liderança política das mulheres, Somogyi (2019) realizou a análise de discursos e de entrevistas de três presidentas latino-americanas: Cristina Kirchner (Argentina), Dilma Rousseff (Brasil) e Michelle Bachelet (Chile). A autora defende que as mulheres da América Latina possuem um estilo de liderança na política ligado ao espaço doméstico, ao cuidado e à figura do materno, sendo chamadas de “supermadres”. “Supermadres” é o termo utilizado por pesquisadores da área para explicar como as mulheres latinas lidavam com seus papéis de cuidadoras para criar espaço para elas na vida pública.



Com isso, o objetivo de Somogyi (2019) foi verificar as formas relacionadas com a imagem do materno em que cada uma delas se posiciona, propondo três figuras analíticas: 1) a figura da mãe instrumental – como uma ferramenta que é utilizada para fazer referências constantes sobre si mesma, no caso de Kirchner; 2) a figura da supermãe – construída como uma estratégia da qual a maternidade aparece como o centro, no caso de Rousseff, e 3) a figura da mãe contemporânea – como uma representação dupla, combinando elementos tradicionais, associados ao cuidado, e contemporâneos, vinculados à autonomia das mulheres, no caso de Bachelet. Como conclusão, percebeu-se que as três presidentas articulam o uso estratégico e diferenciado da figura da mãe em suas representações como líderes políticas.

Nesse mesmo sentido, Franceschet, Piscopo e Thomas (2016) realizaram uma pesquisa com o objetivo de verificar se narrativas culturais sobre o maternalismo ainda condicionam o acesso de mulheres ao poder. O trabalho traz a discussão em torno das modernas carreiras políticas e dos tradicionais papéis de gênero. Para os autores, o contexto político e social tem mudado na América Latina desde as “supermadres”, já que as mulheres estão conseguindo acesso a esses espaços e, por esse motivo, faz-se necessário reavaliar o papel da maternidade para a participação política das mulheres.

Para tanto, os autores examinaram as campanhas políticas de candidatas mulheres à presidência em países da América Latina, utilizando dados de opinião pública, análises midiáticas e entrevistas. Além disso, desenvolveram uma tipologia que mostra quatro categorias estratégicas utilizadas por mulheres na América Latina, para justificar suas carreiras políticas:

1. Supermadres tradicionais: mulheres que apresentam a maternidade como central na política, tendo a candidata da Nicarágua, Violeta Chamorro, que concorreu à presidência em 1990, como representante dessa categoria. A campanha da candidata utilizou termos como: esposa, viúva, mãe e virgem, e ela afirmava que como mãe, ela tinha a liderança necessária para reconciliar o povo da Nicarágua depois de mais de uma década de guerra. Outro exemplo apresentado foi da candidata do



México em 2012, Josefina Mota, que enfatizava o fato de ser católica, ser esposa e mãe. As supermães tradicionais veem as habilidades de mães e cuidadoras como um auxílio para encontrar soluções políticas.

2. Cuidadoras tecnocráticas: mulheres que enfatizam suas credenciais profissionais mais que suas identidades maternas, sem justificar suas carreiras políticas pela maternidade, embora suas habilidades tecnocráticas são frequentemente ligadas à experiência em questões sociais relacionadas ao cuidado, representada pela campanha de Bachelet em 2015 no Chile. O discurso dela é voltado para o compromisso com a equidade de gênero e a luta contra o sexismo na política. Ela enfatiza suas habilidades educacionais (médica fluente em cinco línguas) e suas experiências políticas passadas.

3. Macho mínimo: mulheres que percebem a necessidade de suavizar sua imagem agressiva com apelos à feminilidade, como a candidata Dilma Rousseff no Brasil. Em sua campanha, a candidata tentou balancear sua assertividade (característica dada como masculina) com sua solidariedade (característica dada como feminina).

4. Negação da diferença: mulheres que negam a existência da desigualdade de gênero e que interferem na oportunidade política de homens e mulheres, rejeitando alegações de sexismo na política. Laura Chinchilla, candidata à presidente na Costa Rica, se apresentava como forte e com uma liderança firme, distanciando-se do feminismo.

Percebeu-se que apesar das diversas repostas ao maternalismo desenvolvidas pelas mulheres na política, o acesso delas a cargos políticos permanece profundamente moldado por restrições estruturais e narrativas culturais que privilegiam ideais tradicionais do zelo feminino e que limitam a participação e o desenvolvimento das mulheres na política na América Latina (FRANCESCHET; PISCOPO; THOMAS, 2016).

## **Mulheres Na Política Na Área Da Comunicação**

Na pesquisa de Miranda, Rodrigues e Carvalho (2018), o objetivo foi verificar se o discurso da ex-vice-governadora do Tocantis, Claudia Lélis, está comprometido com a igualdade de gênero na política. A



pesquisa foi realizada a partir da análise de enquadramento de quatro entrevistas dadas no exercício da função de governadora. Cláudia Lélis foi a primeira vice-governadora eleita no estado e assumiu o cargo de governadora em decorrência do afastamento do titular para agenda internacional.

Os autores perceberam diferentes elementos que foram discutidos nas entrevistas pela ex-vice-governadora. Elementos relacionados ao gênero e ao capital familiar. Cláudia é casada com um político, Marcelo Lélis, e sem expressiva história política, foi escolhida como vice-governadora na chapa de Marcelo Miranda (MDB), ou seja, o capital familiar foi importante para a inserção dela na política, apesar dela não falar sobre o marido em nenhuma das entrevistas analisadas, fato explicado pelo seu marido ter sido condenado pelo TSE e se tornado inelegível.

Sobre a questão de gênero, percebeu-se que foi tratada com foco no fato dela ser a primeira vice-governadora eleita, como se fosse uma conquista própria. O enquadramento foi limitado, por não explorar os motivos e possibilidades que resultaram em uma mulher ter participado da chapa vencedora somente nas eleições de 2014, evidenciando sempre a conquista isolada e pioneira de Cláudia. Concluiu-se que gênero não é um campo ideológico para ela, sendo usado apenas para evidenciar sua conquista individual (MIRANDA; RODRIGUES; CARVALHO, 2018).

Quesada Tavares e Goulart Massuchin (2017) realizaram um estudo com objetivo de identificar quais elementos da comunicação são empregados pelas candidatas mulheres na televisão durante a campanha para deputada federal do Paraná em 2014, traçando um comparativo com os candidatos homens. A pesquisa foi realizada com as candidatas ao cargo de deputadas federais pelo Paraná em 2014, e que também tiveram acesso à propaganda televisiva no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE). Por meio da análise de conteúdo, definiu-se as categorias de análise: presença de fala, apelo ao voto (com 10 subcategorias) e temas (com 14 subcategorias).

Como resultado, verificou-se que o tipo de aparição é diferente para homens e mulheres na campanha televisiva. Na pesquisa, as



mulheres tendem a aparecer mais em segmentos sem fala, o que seria negativo, não havendo oportunidade de apresentar-se e exibir suas propostas. No que diz respeito à categoria apelo, nota-se que tanto os homens quanto as mulheres têm um alto percentual de apelo não tipificado, ou seja, restringem-se a apelar ao voto pelo próprio voto, sem identificação com grupos específicos.

Na categoria temática, percebe-se que os homens tratavam sobre questões ético-morais, como, por exemplo, corrupção. Além disso, eles abordavam um conjunto de políticas num mesmo trecho. Já as mulheres buscavam tratar sobre saúde e educação. Concluiu-se que a sub-representação das mulheres na política segue presente nas campanhas, desde o número de candidatas até o modo como ocupam o horário eleitoral, além da exposição e a utilização de apelos e temáticas (QUESADA TAVARES; GOULART MASSUCHIN, 2017).

Com o objetivo de interpretar as dinâmicas contemporâneas da política brasileira e o próprio lugar conferido à figura da mulher e do feminino no espaço público, Carniel, Ruggi e Ruggi (2018) analisaram 69 memes contrários a Dilma Rousseff que circularam nas redes sociais da web brasileira entre o período que envolveu a Copa do Mundo de Futebol Masculino da Fifa, realizada no Brasil, em junho de 2014, e o final da votação do impeachment no Senado federal, em agosto de 2016.

A análise dos memes foi categorizada em quatro principais estratégias discursivas de depreciação misógina: (1) despersonalização ou invisibilização: que tem como propósito deslegitimar o estatuto político e a própria existência como ser autônomo; (2) humilhação ou ridicularização: deslegitimar a autoridade; (3) objetificação ou sexualização: fazer equivaler aparência e valor humano; e (4) agressão ou violência: que busca vulgarizar as representações ligadas à violência física contra mulheres. Como resultado, percebeu-se que o humor político representado pelos 69 memes contra Dilma Rousseff entre os anos de 2014 e 2016 é atravessado por estereótipos sexistas e misóginos, constringendo as mulheres (no caso a presidenta) em sua atuação política nos espaços de poder (CARNIEL; RUGGI; RUGGI, 2018).



Já Mota e Biroli (2014) discutiram as relações entre mídia, gênero e eleições, através da análise da cobertura jornalística do Jornal Nacional da Rede Globo e do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral durante a campanha de 2010, focando em como o gênero marca o discurso jornalístico das campanhas dos principais candidatos à Presidência da República: Dilma Rousseff, José Serra e Marina Silva. Foram analisadas 78 edições do Jornal Nacional e 95 edições do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral, durante o período noturno de 17 de agosto a 29 de outubro de 2010.

Como resultado, verificou-se que as eleições reafirmam a reprodução de concepções convencionais do “feminino”, vinculando as mulheres à esfera privada e/ou dão sentido a sua atuação na esfera pública a partir do seu papel convencional na vida doméstica, como verificou-se na cobertura do Jornal Nacional com as candidatas Dilma e Marina. Ou seja, verificou-se que a mídia mobilizou compreensões convencionais sobre a mulher e ser mulher na política, baseadas principalmente na ideia da mulher e maternidade, e presentes também nas formas seletivas de expor o corpo, a autoapresentação e a vida familiar e privada das candidatas e do candidato (MOTA; BIROLI, 2014).

A pesquisa realizada por Santos, Cabecinhas e Cerqueira (2015) buscou analisar o modo como os jovens compreendem, interpretam e se posicionam em relação às representações midiáticas de mulheres que desempenham cargos políticos. Por meio da realização de 11 grupos focais com 101 estudantes universitários, analisou-se as percepções de conteúdos veiculados por duas revistas portuguesas.

Os autores acreditam que a mídia informativa influência na percepção do público em relação à performance política das mulheres, sustentando um discurso masculino para esse espaço e contribuindo para a retificação da política como um espaço masculino. Os participantes da pesquisa identificaram a existência de três principais narrativas temáticas: (a) a participação das mulheres na política; (b) a vida privada; e (c) a fisicalidade, o corpo e a aparência física.

Porém, a maioria não problematizou o papel da mídia informativa na (re)construção da realidade social, manifestando uma





propensão para reiterar e apoiar a retificação das tríades masculino-político-público e feminino-pessoal-privado. Como conclusão, verificou-se que os resultados mostram que a existência de assimetrias de gênero nas mídias informativas não é considerada pelos jovens como uma questão relevante (SANTOS; CABECINHAS; CERQUEIRA, 2015).

Com o objetivo de analisar o tratamento que os canais de televisão na Espanha deram ao fato de uma política, Carolina Bescansa, ter assistido à cerimônia de posse com seu filho nos braços no dia 13 de janeiro de 2016, Rodal e Fuertes (2019) verificaram quais representantes dos partidos políticos entrevistaram, quanto tempo tiveram a palavra, e qual foi o argumento utilizado pelos participantes para desqualificar a postura de Bescansa.

A pesquisa foi realizada pela análise de onze informativos dos principais canais de televisão abertos da Espanha. Verificou-se que nove políticos opinaram sobre o acontecido, sendo cinco homens e quatro mulheres. Alguns acharam a atitude “lamentável”, consideraram como um “mal exemplo” e falaram que a “Câmara tinha uma creche para deixar as crianças”. Já outros políticos defenderam a liberdade da deputada e defenderam mais debates acerca da maternidade e o trabalho. Concluiu-se que esse caso pode ser considerado como um exemplo de como as mulheres podem ser desqualificadas na vida política por questões privadas e como a maternidade e os cuidados são temas que ainda precisam ser debatidos na sociedade (RODAL; FUERTES, 2018).

Na pesquisa realizada por Reyes e Álvarez (2016), os autores intentaram verificar como as representações sociais são construídas por candidatas à Câmara e ao Senado durante a campanha eleitoral de 2013, no Chile. Realizou-se a análise das contas de Twitter de quatro mulheres candidatas para o período de 2014 a 2018, tendo como técnica de análise de dados a análise crítica do discurso. As quatro candidatas, Camila Vallejo, Maya Fernández, Mónica Zalaquett e Marcela Sabat foram selecionadas de acordo com os critérios de acessibilidade, heterogeneidade e real possibilidade de eleição.

Verificou-se diversas representações das candidatas, relacionadas à política e gênero. Camila, candidata do Partido Comunista,



privilegiou os elementos da desigualdade de classe em detrimento da desigualdade de gênero. Já Maya, candidata do Partido Socialista, possui uma posição mais específica às problemáticas que afetam as mulheres e defende a transformação. Mónica, candidata pela Unión Demócrata Independiente, se representa como promotora da normalidade e mantenedora da ordem, tendo uma postura mais tradicional, abordando a importância da maior participação de mulheres no Congresso, porém mantendo os papéis de mães e esposas.

Por último, Marcela, candidata pela Renovación Nacional, se apresenta como a tradicional mulher mãe e guardiã das crianças e idosos, como defensora da vida e dos direitos das mulheres para decidir sobre seus corpos. Verificou-se que a problematização em torno das desigualdades de gênero não foi assunto tratado pelas quatro candidatas mulheres, sendo que apenas a candidata Mónica Zalaquett publicou sobre a importância da participação das mulheres na política (REYES; ÁLVARES, 2016).

A pesquisa realizada por Panke e Iasulaitis (2016) traz a reflexão da presença feminina na política por meio da análise de três campanhas eleitorais de mulheres vitoriosas. Foram examinados os spots televisivos eleitorais das presidentes Dilma Rousseff no Brasil, Michelle Bachelet no Chile e Cristina Kirchner na Argentina. O objetivo foi de verificar se e como as presidentes latino-americanas se posicionam enquanto gênero feminino em suas campanhas. A pergunta de pesquisa das autoras foi: o posicionamento das candidatas combate, neutraliza ou reforça estereótipos de gênero?

Verificou-se que a agenda de temas relacionados a gênero focou programas para maternidade e geração de emprego e que um ponto em comum para a superação dos estereótipos de gênero foi a apresentação das candidatas com qualidades necessárias para a liderança política, exibindo traços tradicionalmente considerados masculinos, como determinação, seriedade, inteligência, competência, capacidade de liderança, entre outras. Percebeu-se que as candidatas estavam trajadas de forma tipicamente feminina, com roupas e acessórios representativos



das mulheres: vestidos, colares de pérolas, evitando, assim, a masculinização de suas imagens (PANKE; IASULAITIS, 2016).

Além disso, observou-se no caso da campanha da candidata brasileira Dilma Rousseff, que a própria candidata reproduziu estereótipos de gênero em suas campanhas, destacando estereótipos de cuidado, compaixão e maternidade, bem como traços de personalidade compreendidos como “típicos” do gênero feminino, apresentando as mulheres como detentoras de características expressivas: como emocionais, sensíveis, compreensivas, gentis e compassivas. Nesse sentido, buscou-se associar a imagem de Dilma à de uma “grande mãe” dos brasileiros (PANKE; IASULAITIS, 2016).

Na campanha das candidatas argentina e chilena não houve esse reforço dos estereótipos. As autoras concluíram que uma candidata mulher utilizou os estereótipos de gênero para chegar à presidência da República. E, com isso, verificou-se que os estereótipos de gênero não impediram ou inviabilizaram a eleição das mulheres apresentadas (PANKE; IASULAITIS, 2016).

A pesquisa de Amaral e Arias Neto (2017) buscou reconhecer os discursos midiáticos como dispositivos de poder para desconsiderar a mulher no espaço político. Realizou-se uma análise em matérias veiculadas na revista Isto É (nº2417/2016), matérias do site desse veículo, do site TV Estadão e também do site da revista Veja, durante e após o processo de impeachment de Dilma Rousseff.

Os autores trouxeram uma publicação da revista Veja da ex-primeira dama, Marcela Temer, representada de forma conservadora, como a mulher “bela, recatada e do lar”. Verifica-se a tentativa de naturalização dos estereótipos atribuídos às mulheres. Para realizar uma comparação, logo depois, trazem as matérias da ex-presidenta, Dilma Rousseff, que ao contrário da reportagem da Marcela, teve o objetivo de desqualificar e desmerecer a atuação da ex-presidenta, com a matéria da revista “Isto é”, intitulada: “As explosões nervosas da presidente”, insinuando que Dilma não possuía condições emocionais para ser a presidente do Brasil e comparando-a com Dona Maria I, avó de Dom Pedro I, a Dona Maria Louca.



Amaral e Arias Neto (2017) concluíram que houve a intenção da naturalização e desqualificação da mulher no espaço político, pelas reportagens apresentadas pela ex-presidenta Dilma, e também a tentativa de mostrar a representação da mulher ideal que deve estar restrita ao espaço privado, com a reportagem da ex-primeira dama Marcela Temer. Percebeu-se que são reportagens irrelevantes para a questão política e trazem os movimentos perversos de desmerecimento da mulher no cenário político.

## **Considerações Finais**

Este artigo teve o objetivo de analisar a literatura sobre mulheres na política, de maneira a identificar lacunas e oportunidades de pesquisa dessa temática para a área de Administração, apresentando como esse tema vem sendo tratado pelos bancos de periódicos Capes, Scielo e Spell, no período de 2014 a 2019. A pesquisa selecionou 38 artigos que foram divididos em quatro categorias para apresentação dos estudos: 1. Participação e (sub) representação de mulheres na política; 2. Ações afirmativas para mulheres na política; 3. Mulheres na política: liderança e voto feminino; 4. Mulheres na política na área de comunicação.

Na categoria nomeada participação e sub-representação de mulheres na política, verificou-se que a participação delas ainda é muito pequena, tendo como desafios: falta de apoio para as candidaturas, descrédito, falta de confiança e falta de reconhecimento, falta de apoio familiar e empecilhos da maternidade para a vida pública. Em alguns estudos que mostraram as trajetórias de algumas políticas ou candidatas, percebeu-se que essas precisam enfrentar as dificuldades e que algumas acabam se aproximando das características (capital político) das candidaturas masculinas para serem eleitas.

Já na categoria que trata sobre as ações afirmativas para mulheres na política, os estudos mostraram que a Lei de Cotas foi importante por reconhecer a sub-representação das mulheres na política, porém não foi suficiente para aumentar a participação delas nesse espaço. As pesquisas trouxeram dados do Brasil e em comparação com outros



países. Verificou-se que muitos partidos colocam as mulheres apenas para cumprir a lei, chamada de candidatas laranjas, o que mostra a falta de efetividade da ação afirmativa. Além disso, os estudos apontam para a necessidade de outras ações afirmativas mais efetivas em relação à reserva de recursos do fundo partidário para mulheres e também a reserva de vagas para mulheres nas assembleias legislativas, como já ocorrem em outros países.

Na terceira categoria, nomeada mulheres na política: liderança e voto feminino, os estudos trazem um panorama sobre a conquista do voto feminino no Brasil, ressaltando a importância das lutas das sufragistas pelos direitos das mulheres. Além disso, outras pesquisas comparam os diferentes estilos de lideranças entre candidatas à presidência de países da América Latina. O que se observou com as comparações dos estilos de lideranças é que as mulheres ainda têm que enfrentar as restrições do patriarcalismo e do conservadorismo na política, que colocam as mulheres no espaço do cuidado, limitando a participação e atuação delas na política.

Na última categoria, mulheres na política na área de comunicação, os autores abordaram as diferenças na mídia entre discursos e imagens de homens e mulheres na política. Verificou-se como as mulheres são alvos de estereótipos pela mídia, sendo criticadas quando não estão em conformidade com o que é esperado para elas. Bem como, observou-se que as reportagens que falavam sobre as mulheres trazem questões irrelevantes na política, como as roupas e acessórios utilizados pelas políticas, contribuindo para a imagem de descrédito e desqualificação das mulheres nesse espaço.

Por fim, percebeu-se que os estudos foram conduzidos em uma perspectiva das áreas das ciências sociais, ciências políticas e comunicação. As pesquisas apresentadas abordam principalmente a sub-representação das mulheres na política, a efetividade da Lei de Cotas e a representação das mulheres políticas na mídia. Poucos artigos tratam das dificuldades e obstáculos das mulheres em suas trajetórias políticas. Além disso, verificou-se que os periódicos em que os artigos foram publicados são principalmente das áreas de ciências políticas e sociais, do direito e da comunicação.



A partir dessa revisão sistemática, ficou evidente o leque de possibilidades para novas pesquisas sobre mulheres na política, principalmente sobre a realidade das mulheres na política no Brasil e na área da administração. Ficou evidente a necessidade de grandes avanços nessa temática, já que há pouca publicação em periódicos no período pesquisado. Portanto, é importante a maior atenção para o tema, visto que esse assunto ainda é incipiente na produção acadêmica na área de administração.

Para futuras pesquisas, sugere-se a realização de estudos com mulheres candidatas e eleitas, com o objetivo de identificar os desafios e barreiras referentes ao trabalho, equilíbrio entre vida pessoal e profissional, e perspectivas entre trabalho, carreira política e maternidade.

## Referências

ACOSTA, Liliana Elizabeth Ruiz; MAYORGA; David Andrés Camargo. Estilos de liderazgo político de las presidentas elegidas democráticamente en Latinoamérica: un estudio usando modelos probabilísticos. *Encuentros*, Barranquilla, v. 1, n. 16, p. 91-106, jan./jun. 2018.

ALMEIDA, Maria Antónia de Figueiredo Pires de. Women Mayors in Portugal: a case study in political representation and citizenship. *Revista de Sociologia e Política*, [S.L.], v. 26, n. 68, p. 27-42, dez. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1678987318266804>.

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Entre eleitoras e elegíveis: as mulheres e a formação do eleitorado na democracia brasileira - quem vota? quem se candidata?. *Cadernos Pagu*, [S.L.], n. 43, p. 119-167, dez. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0104-8333201400430119>

AMARAL, Muriel Emídio Pessoa do; ARIAS NETO, José Miguel. Perversão e política no impeachment de Dilma Rousseff. *Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación*, [S.L.], n. 135, p. 55-70, 15 set. 2017. CIESPAL. <http://dx.doi.org/10.16921/chasqui.voi135.3157>.





ARAÚJO, Clara. Valores e desigualdade de gênero: mediações entre participação política e representação democrática. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, [S.L.], v. 16, n. 2, p. 36-61, 15 set. 2016. EDIPUCRS. <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2016.2.23143>.

CAMPOS, Ligia Fabris. Litígio estratégico para igualdade de gênero: o caso das verbas de campanha para mulheres candidatas. *Revista Direito e Práxis*, [S.L.], v. 10, n. 1, p. 593-629, mar. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2179-8966/2019/39816>

CARNIEL, Fagner; RUGGI, Lennita; RUGGI, Júlia de Oliveira. Gênero e humor nas redes sociais: a campanha contra dilma rousseff no brasil. *Opinião Pública*, [S.L.], v. 24, n. 3, p. 523-546, dez. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1807-01912018243523>.

NAVAS, Ana Pavanini; COSTA, Ilton Garcia. Da casa ao Congresso - a inserção das mulheres na política partidária: ações afirmativas para inclusão feminina nos parlamentos. *Revista Quaestio Iuris*, [S.L.], v. 10, n. 4, p. 2904-2925, 16 out. 2017. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.12957/rqi.2017.29115>.

DANTAS, Lohane Cristina Castro et al. MULHERES COMO PROTAGONISTAS NA POLÍTICA: a representatividade da mulher na política da baixada fluminense - Duque de Caxias e Magé, RJ, Brasil. *Periferia*, [S.L.], v. 10, n. 2, p. 203-216, 10 jul. 2018. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.12957/periferia.2018.32689>..

FRANCESCHET, Susan; PISCOPO, Jennifer M.; THOMAS, Gwynn. Supermadres, Maternal Legacies and Women's Political Participation in Contemporary Latin America. *Journal Of Latin American Studies*, [S.L.], v. 48, n. 1, p. 1-32, 16 jul. 2015. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1017/S0022216X15000814>.

GALVÃO, Taís Freire; PEREIRA, Mauricio Gomes. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, [S.L.], v. 23, n. 1, p. 183-184, mar. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.5123/S1679-49742014000100018>.

GALVÃO, Laila Maia. Os entrecruzamentos das lutas feministas pelo voto feminino e por educação na década de 1920. *Revista Direito e Práxis*,



[S.L.], v. 7, n. 13, p. 176-203, 9 mar. 2016. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.12957/dep.2016.16786>.

GILAS, Karolina M.; PACHECO, Alma Verônica Méndez. Entre cuotas y violencia de género: avances y retrocesos en la participación política de las mujeres en México. *Hallazgos*, Bogotá, v. 15, n. 29, p. 185-205, jan./jun. 2018.

MEIRELES, Fernando; ANDRADE, Luciana Vieira Rubim. Magnitude eleitoral e representação de mulheres nos municípios brasileiros. *Revista de Sociologia e Política*, [S.L.], v. 25, n. 63, p. 79-101, set. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1678-987317256304>.

MIRANDA, Cynthia Mara; RODRIGUES, Paulo Cezar; CARVALHO, Renilson Cruz. COMUNICAÇÃO, POLÍTICA E GÊNERO: análise do enquadramento jornalístico do discurso da primeira vice-governadora do estado do Tocantins. *Revista Observatório*, [S.L.], v. 4, n. 6, p. 411-441, 8 out. 2018. Universidade Federal do Tocantins. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2018v4n6p411>.

MOTA, Fernanda Ferreira; BIROLI, Flávia. O gênero na política: a construção do. *Cadernos Pagu*, [S.L.], n. 43, p. 197-231, dez. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0104-8333201400430197>.

NASCIMENTO, Janaina Xavier do. Políticas públicas e desigualdade de gênero na sociedade brasileira: considerações sobre os campos do trabalho, da política e da ciência. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, [S.L.], v. 21, n. 1, p. 317-337, 19 ago. 2016. Universidade Estadual de Londrina. <http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2016v21n1p317>.

NOGUEIRA, Cristiano Miranda. A MULHER NA POLÍTICA: um estudo sobre a participação da mulher nas eleições de 2014. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, [S.L.], v. 1, n. 1, p. 307-319, 8 abr. 2015. Universidade Federal da Bahia. <http://dx.doi.org/10.9771/cgd.v1i1.16332>.

OLIVEIRA, Augusto Neftali Corte de. Desigualdades da Política no Brasil: representação descritiva na eleição de 2014 para a câmara dos deputados. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, [S.L.], v. 20, n. 2, p. 235-261, 25 dez. 2015. Universidade Estadual de Londrina. <http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2015v20n2p235>.



PANKE, Luciana; IASULAITIS, Sylvia. Mulheres no poder: aspectos sobre o discurso feminino nas campanhas eleitorais. *Opinião Pública*, [S.L.], v. 22, n. 2, p. 385-417, ago. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1807-01912016222385>.

PEIXOTO, Vitor de Moraes; GOULART, Nelson Luis Motta; SILVA, Gabriel Tisse da. Cotas e mulheres nas eleições legislativas de 2014. *Política & Sociedade*, [S.L.], v. 15, n. 32, p. 126-144, 1 jul. 2016. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15n32p126>

PINTO, Céli Regina Jardim. Uma mulher: a deputada suely de oliveira (1950-1974). *Topoi (Rio de Janeiro)*, [S.L.], v. 15, n. 29, p. 565-587, dez. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101x015029007>.

PINTO, Céli Regina Jardim. Elas não ficaram em casa. As primeiras mulheres deputadas na década de 1950 no Brasil. *Varia Historia*, [S.L.], v. 33, n. 62, p. 459-490, ago. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0104-87752017000200008>.

PINTO, Celi Regina J.; SILVEIRA, Augusta. Mulheres com carreiras políticas longevas no legislativo brasileiro (1950-2014). *Opinião Pública*, [S.L.], v. 24, n. 1, p. 178-208, abr. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1807-01912018241178>.

PRÁ, Jussara Reis. Mulheres, direitos políticos, gênero e feminismo. *Cadernos Pagu*, [S.L.], n. 43, p. 169-196, dez. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0104-8333201400430169>.

QUESADA TAVARES, CAMILA; GOULART MASSUCHIN, MICHELE. (2017). Comunicação, gênero e política no Brasil: as candidatas do paraná na propaganda eleitoral televisiva. *Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicación*, S.L., n. 135, p. 39-54, ago./nov. 2017.

REZENDE, Daniela Leandro. Desafios  representacio política de mulheres na Câmara dos Deputados. *Estudos Feministas*, [S.L.], v. 25, n. 3, p. 1199-1217, 23 out. 2017.

REYES, Andrea Baeza; ÁLVAREZ, Silvia Lamadrid. Representaciones de candidatas parlamentarias en nuevos medios de comunicación.



*Cuadernos.Info*, [S.L.], n. 39, p. 67-86, 5 dez. 2016. Pontificia Universidad Católica de Chile. <http://dx.doi.org/10.7764/cdi.39.784>.

RODAL, Asunción Bernardez; FUERTES, Marta Serrano. Lo personal es político: un bebé en la sesión de constitución de las cortes generales. el tratamiento televisivo del caso de carolina bescansa y su hijo / the personal is political. *Vivat Academia*, [S.L.], n. 142, p. 79-96, 28 fev. 2018. Forum Internacional de Comunicacion y Relaciones Publicas - FORUM XXI. <http://dx.doi.org/10.15178/va.2018.142.79-96>.

SABINO, Maria Jordana Costa; LIMA, Patrícia Verônica Pinheiro Sales. Igualdade de gênero no exercício do poder. *Revista Estudos Feministas*, [S.L.], v. 23, n. 3, p. 713-734, dez. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0104-026x2015v23n3p713>.

SACCHET, Teresa. Why gender quotas don't work in Brazil? The role of the electoral system and political finance. *Colombia Internacional*, [S.L.], v. 95, p. 25-54, 1 jul. 2018. Universidad de los Andes. <http://dx.doi.org/10.7440/colombiaint95.2018.02>.

SANTOS, Anabela; CABECINHAS, Rosa; CERQUEIRA, Carla. Onde está o Wally?(In) visibilidades sobre mulheres e política nas práticas de recepção jornalística. *Observatorio (Obs\*)*, [S.L.], v. 9, n. 1, p. 17-42, 2015.

SARAIVA, Ana Paula. Liderança política no feminino: as presidentes de câmara no poder local em Portugal. *Faces de Eva. Estudos Sobre A Mulher*, [S.L.], v. 37, p. 41-61, 2017.

SCHULZ, Rosangela; MORITZ, Maria Lúcia. Mulheres vitoriosas na política: estudo comparativo entre as candidaturas ao cargo de deputado estadual no rs em 2010. *Sociologias*, [S.L.], v. 17, n. 39, p. 370-402, ago. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/15174522-017003921>.

SOMOGYI, Mariana Valenzuela. La figura de la madre en los casos de las presidentas latinoamericanas Michelle Bachelet (Chile), Cristina Fernández (Argentina) y Dilma Rousseff (Brasil). *Revista de Estudios Sociales*, [S.L.], n. 69, p. 67-78, jul. 2019. Universidad de los Andes. <http://dx.doi.org/10.7440/res69.2019.06>.

SOUZA, Michelle Rabelo. MULHERES NA POLÍTICA: histórias de protagonismo feminino na amazônia e a luta contra o preconceito de



gênero nas instâncias de poder político. *Reves - Revista Relações Sociais*, [S.L.], v. 1, n. 1, p. 0025-0036, 2 maio 2018. Universidade Federal de Vicosa. <http://dx.doi.org/10.18540/revesv1iss1pp0025-0036>.

SPECK, Bruno Wilhelm. O efeito contagiante do sucesso feminino: a eleição de prefeitas e o impacto sobre as candidaturas nos próximos pleitos. *Latin American Research Review*, [S.L.], v. 53, n. 1, p. 57-75, 2018. Latin American Studies Association. <http://dx.doi.org/10.25222/larr.398>.

SPOHR, Alexandre Piffero; MAGLIA, Cristiana; MACHADO, Gabriel; OLIVEIRA, Joana Oliveira de. Participação Política de Mulheres na América Latina: o impacto de cotas e de lista fechada. *Revista Estudos Feministas*, [S.L.], v. 24, n. 2, p. 417-441, ago. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1805-9584-2016v24n2p417>.

## Women in Politics: A sistematic review

**ABSTRACT:** The objective of this systematic review was to analyze the literature about women in politics, to identify gaps and opportunities of research of this thematic for the Administration area. The search for articles was carried out in the Capes Periódicos, Scielo and Spell, between 2014 and 2019. After applying the inclusion and exclusion criteria, 38 articles were selected. From the analysis of the articles, four categories were found: participation and under-representation of women in politics, affirmative actions for women in politics, women in politics: leadership and woman's suffrage, and women in politics in the area of communication. It was seen that the thematic is still incipient in the academic production in the area of administration, being required major attention for the theme.

**KEYWORDS:** Systematic review. Women in politics. Politic Space.

**Marcella Barbosa Miranda Teixeira**

*PUC Minas*

*Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Administração da PUC/Minas. Mestra no Programa de Pós-Graduação em Administração do CEFET/MG. Especialista em Gestão de Negócios na Univiçosa (2016). Graduada em Secretariado Executivo pela Universidade Federal de Viçosa (2015). Atualmente é Secretária Executiva da Universidade Federal de Ouro Preto. Interesse nas áreas de Estudos Organizacionais, Gestão de Pessoas e Gênero.*

*E-mail: marcellabmt@gmail.com*

*ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6818-5561>*

**Carolina Maria Mota-Santos**

*PUC Minas*

*Doutora em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais / Fundação Dom Cabral (2012). Mestre em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais / Fundação Dom Cabral (2007). Pós graduada em Docência do Ensino Superior (2001) e Especialização em Novas Tecnologias em Educação e Treinamento (2002).*

*E-mail: cmmotasantos@gmail.com*

*ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8830-8170>*

*Recebido em: 16/10/2020*

*Aprovado em: 21/12/2021*